

Cid mantém sua delação, frente a Braga Netto

Também houve acareação entre Torres e Freire Gomes

Por Karoline Cavalcante

Após as defesas dos réus no julgamento que investiga a tentativa de golpe de Estado apon-tarem contradições nos depoimentos, o Supremo Tribunal Federal (STF) realizou, nesta terça-feira (24), duas acareações — procedimento judicial que visa confrontar as divergências nos relatos apresentados pelas partes envolvidas. Sob a condução do relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, o ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o tenente-coronel Mauro Cid — delator no processo —, e o ex-ministro da Defesa e da Casa Civil general Walter Braga Netto, que foi candidato a vice-presidente na chapa derrotada de Bolsonaro em 2022, reafirmaram suas versões dos fatos. Como não foi liberada a transmissão, as atas foram registradas por escrito.

Ao deixar o tribunal, o advogado José Luis Oliveira Lima comentou com jornalistas que seu cliente, Braga Netto, chamou o tenente-coronel de “mentiroso” por duas vezes, destacando que o delator não “retrucou” quando teve a oportunidade de fazer. Porém, em entrevista à Folha de São Paulo, o advogado Cezar Bittencourt, defensor de Cid, negou que tenha ocorrido qualquer atrito. “Aquilo não é uma brincadeira. Apenas o juiz, o procurador e os advogados podem questionar os dois réus”, afirmou Bittencourt, acrescentando que, caso o ataque realmente tivesse ocorrido, o general “ia apanhar ali”.

Divergências

A acareação foi solicitada pela defesa de Braga Netto,



Mauro Cid confirmou os pontos da sua delação

que apontou duas divergências principais nas declarações de ambos. A primeira se refere à delação premiada do ex-ajudante de ordens, na qual ele detalhou um plano para manter Bolsonaro no poder, incluindo a alegação de que o ex-ministro teria entregue R\$ 100 mil, disfarçados em uma sacola de vinho, para financiar a operação golpista. A segunda envolve a chamada “Operação Punhal Verde e Amarelo”, na qual Mauro Cid afirmou que o ex-chefe da Casa Civil teria participado de discussões no dia 12 de novembro daquele ano sobre um plano para assassinar o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e o ministro Alexandre de Moraes.

No entanto, o ex-candidato ao Palácio do Jaburu nega as acusações. Ele está preso preventivamente em uma unidade militar no Rio de Janeiro desde dezembro do ano passado, acusado de obstruir a investiga-

ção e tentar obter informações sobre a delação de Cid. Braga Netto compareceu a Brasília com tornozeleira eletrônica, mas precisou retornar à capital fluminense em seguida.

Acareações

Ainda nesta terça-feira (24), também foram colocados frente a frente o ex-ministro da Justiça Anderson Torres e o ex-comandante do Exército general Freire Gomes. Ambos confirmaram a veracidade de seus depoimentos. Neste caso, foi Torres — também réu no processo — quem solicitou o procedimento, visando esclarecer pontos controversos no depoimento de Gomes, que, embora não seja investigado, atua como testemunha. O ex-comandante do Exército afirmou que Torres teria participado de reuniões nas quais se discutiram medidas como a decretação de um estado de exceção, algo que o ex-ministro nega.

A primeira acareação durou cerca de uma hora e trinta minutos e a segunda, pouco mais de uma hora. Na última segunda-feira (23), o relator do caso permitiu a participação das defesas dos corréus, atendendo a um pedido do advogado Celso Vilardi, representante do ex-presidente Bolsonaro. Em coletiva na saída, Vilardi classificou o encontro como “ótimo”, mas lamentou a falta de transmissão ao vivo, como ocorreu nos interrogatórios anteriores.

“Eu acho curioso o fato de ter um investigado preso e uma prova de que o delator procurou por terceiras pessoas e revelou a delação, e não ter acontecido até agora nada. Mas esperamos que ele vá ter aí um julgamento pelo STF”, afirmou Vilardi, referindo-se ao uso de um perfil falso nas redes sociais por Cid, conforme revelado pela revista Veja no início do mês. O advogado também sugeriu que, devido a esse episódio, a delação poderia ser anulada.

CORREIO BASTIDORES

POR TALES FARIA (interino)



Tarcísio de Freitas e Jair Bolsonaro

Bolsonaro quer Tarcísio e filho como candidatos a presidente

O ex-presidente Jair Bolsonaro está tentando um acordo para 2026 com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que permita testar o nome de um de seus filhos como candidato a presidente.

A ideia é jogar em duas chapas. Uma, dele próprio como candidato a presidente, e o filho - Eduardo ou Flávio -, como vice.

A outra chapa seria encabeçada por Tarcísio tendo

como vice alguém que possa abrir mão da candidatura.

Se o TSE mantiver a inelegibilidade do ex-presidente, em agosto de 2026 (prazo final para registro de candidaturas), Tarcísio e o filho de Bolsonaro se juntariam numa única coligação.

A cabeça dessa nova chapa ficaria com quem melhor estiver nas pesquisas eleitorais.

Ciro assusta

No levantamento da Paraná Pesquisas divulgado nesta terça-feira (24), o ex-ministro Ciro Gomes ficou em terceiro lugar em todos os cenários. Não sendo alinhado ao PT, Ciro assusta o clã Bolsonaro. Teria potencial para tomar um lugar no segundo turno contra Lula.

PDT X PSDB

O terceiro lugar de Ciro Gomes na Paraná Pesquisas provocou arestas do PSDB com o seu partido, o PDT. É que os tucanos negociam a filiação de Ciro com possibilidade de ser candidato a presidente. Mas o PDT ainda está preso à aliança pela reeleição de Lula.

Mudança em MP pode garantir reforma de residências

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Priante garante recursos para projeto de Lula

O deputado José Priante (MDB-PA) propôs uma mudança em uma Medida Provisória (MP) que pode viabilizar o lançamento de uma linha de crédito para reformas habitacionais, programa anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em aceno à classe média.

O parlamentar é relator da MP que permite o uso de recursos do Fundo Social do Pré-Sal para financiamentos do Minha Casa, Minha Vida e que abriu caminho para criar a nova faixa do programa para famílias que ganham até R\$ 12 mil.

A proposta agora é permitir que outro fundo, o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHab), garanta parte das operações de crédito da nova linha voltada a reformas de casas. A ideia é que esse fundo cubra o pagamento das prestações em caso de inadimplência, até um determinado limite a ser regulamentado no futuro.

“Puxadinho”

Em março, Lula afirmou que o governo prepara uma linha de crédito voltada para quem quer fazer uma reforma, “um puxadinho, um banheiro, um quartinho a mais para a filha ou alguma coisa a mais na garagem”.

Segundo técnicos do governo, já há no orçamento uma reserva de R\$ 3 bilhões do Fundo Social do Pré-Sal, que poderá ser usada como fonte de finan-

ciamento para os empréstimos para fazer as reformas. O crédito deve ser operado pela Caixa.

Já a concessão da garantia, que seria viabilizada com o FGHab, ajuda a reduzir o risco das operações e, consequentemente, o custo para os tomadores. Sem isso, seria mais difícil tirar o programa do papel.

Segundo técnicos do governo, o FGHab tem entre R\$ 500 milhões e R\$ 1 bilhão em recursos livres para afaiançar as operações do novo programa. O dinheiro restante está comprometido com obrigações já existentes.

Hoje, o FGHab garante a

mutuários do Minha Casa, Minha Vida a quitação do saldo devedor em caso de morte ou invalidez permanente, pagamento temporário das prestações se houver desemprego ou perda de renda, além de despesas de recuperação em caso de danos físicos ao imóvel.

MP

A MP que flexibiliza o uso dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal foi enviada em março pelo governo Lula.

O fundo foi criado em 2010 para reunir recursos arrecadados a partir da exploração de petróleo e destiná-los às áreas

de educação, saúde, cultura, esporte, ciência e tecnologia e mitigação das mudanças climáticas. Recentemente, foram incluídas as políticas de infraestrutura social e habitação.

O Tribunal de Contas da União (TCU) já identificou que, ao longo dos anos, os recursos não haviam sido empregados em parte dessas áreas e haviam sido destinados até para abater dívida pública.

Fundo

No texto, o parlamentar ampliou ainda mais o rol de áreas que podem receber os recursos do Fundo Social para contemplar infraestrutura hídrica, segurança alimentar e defesa dos povos indígenas.

Ainda no âmbito das mudanças habitacionais, o relator incluiu um dispositivo para garantir a isenção de Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), além de alíquota zero de PIS/Cofins, nos financiamentos do Minha Casa, Minha Vida que usam os recursos do Fundo Social como fonte de recursos. O objetivo é equiparar às condições já asseguradas nos empréstimos que usam recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dará flexibilidade para novas faixas no futuro.

Victoria Azevedo, Idiana Tomazelli e Fábio Pupo (Folhapress)



À frente do BC Galípolo, mantém juros altos

Paciência de Lula e do PT com o BC está no limite

O presidente Lula e o PT estão irritados com o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo.

Havia expectativa entre petistas e no governo que Galípolo começaria a baixar a taxa básica de juros quando assumisse o lugar de Roberto Campos Neto.

Mas a ata do Copom divulgada nesta terça-feira foi recebida como um

banho de água fria.

Galípolo e os diretores do Banco Central sinalizaram, na ata, que a altíssima taxa de 15% ao ano atingida na semana passada será mantida por muito tempo.

A ata foi lida ainda como uma manifestação de apoio do BC às cobranças do mercado por mais corte de gastos.

Petróleo salva

O ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, tem convencido o presidente Lula de que a questão das contas públicas não é tão grave assim. Ele aponta como exemplo o aporte de R\$ 15 bilhões ao Tesouro com a antecipação do leilão de petróleo da Petrobras.

Deu ruim

A defesa do general Braga Netto não esperava que Mauro Cid voltasse atrás - o que não ocorreu - nas suas acusações durante a acareação com o ex-chefe. Queria apenas expor publicamente um Cid intimidado. Por isso Alexandre de Moraes proibiu gravação do encontro.

Cortes, cortes

O Instituto Fiscal Independente (IFI) do Senado soltou nesta terça-feira novo relatório de acompanhamento fiscal. O IFI cobra mais cortes do governo ao apontar que a dívida bruta do governo terá um crescimento de 10,8 pontos percentuais entre 2023 e 2026.

Menos pior

Já o ex-ministro da Justiça Anderson Torres teve resultado menos pior com o ex-comandante do Exército Freire Gomes. O militar reafirmou que a minuta que viu com Bolsonaro era “semelhante” à apreendida com Torres. Mas não garantiu o mesmo conteúdo.